

## DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO

Fábio Genésio dos Santos Maria<sup>1</sup>; Eliane Aparecido Toledo Pinto<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduando do curso de Pedagogia – USC; fabiogênio18@gmail.com; <sup>2</sup>Docente do Centro de Ciências Humanas – USC; elianetol@hotmail.com

### Resumo

O presente trabalho visa traçar um breve panorama da deficiência no Brasil e sua relação com a educação. Para isso foi analisado, por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, os dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010. Foi possível perceber que em comparação com o censo do ano 2000 houve uma queda no número de analfabetos, mas que ainda não é o número ideal. É possível analisar ainda que exista uma discrepância entre o número de alfabetizados sem nenhuma deficiência em relação às pessoas com algum tipo de deficiência, bem como uma grande diferença em relação ao grau de instrução. Ressaltamos que a pesquisa está em andamento e que os dados discutidos aqui são alguns resultados prévios.

**Palavras-chave:** Deficiência. Educação. Brasil.

### Introdução

O presente trabalho é um recorte da pesquisa em andamento de iniciação científica que tem como principal objetivo analisar a relação educação, deficiência e pobreza no Brasil na perspectiva histórico-crítica. Aqui será apresentado um breve panorama da deficiência no Brasil e sua relação com a educação brasileira. Para isso, serão utilizados os dados do Censo Demográfico do ano de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O termo deficiência, segundo a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada pela Organização das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em seu preâmbulo letra e, é o resultado da “interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.” (BRASIL, 2012, p. 22).

No Brasil, a luta das pessoas com deficiência com o intuito de garantir seu direito à educação já vem de longa data. De acordo com Kátia Caiado (2009)

Não é possível isolar esse processo de luta da história dos movimentos sociais em nosso país. Num breve recorte, é importante registrar que nesse mesmo período, avançaram as mobilizações dos trabalhadores no Brasil. A partir da luta contra a ditadura militar os movimentos urbanos ressurgiram e se intensificaram pela construção da cidadania. Trabalhadores e grupos até então silenciados se reuniram e se organizaram em sindicatos, associações e conselhos (CAIADO 2009, p. 331).

Na história brasileira podemos citar como primeira instituição voltada para a educação das pessoas com deficiência o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no ano de 1854. Em

1957 é fundado o imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Anos depois, em 1954 é criado o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos e em 1962 a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Diante disso, o governo brasileiro cria diversas políticas a fim de garantir o direito à educação as pessoas com deficiência, uma tentativa de incluir essa população na rede regular de ensino. Para Leher (2012) as políticas que buscam a inclusão educacional, na realidade reforçam a teoria do capital cultural, na qual é ofertado o mínimo necessário para instrumentalizar as classes populares para compor a mão-de-obra barata no mercado de trabalho promovendo o controle e a manutenção do capital. Ainda segundo o mesmo autor, o dualismo “exclusão” versus “inclusão” estaria a serviço da sociedade capitalista como um meio de tirar a atenção e contrapor-se a ideia de capital versus trabalho.

Desta forma, a pesquisa justifica-se pela necessidade de um estudo aprofundado da real situação da pessoa com deficiência no Brasil e da educação desta população. É comum ouvirmos falar que a criança deficiente deve estar na rede regular de ensino, algo inquestionável, mas a instituição escolar deve garantir os subsídios para que essa criança tenha uma educação de qualidade e acabar com o mito de que a criança deficiente deve estar na rede regular de ensino para apenas se socializar.

## **Metodologia**

O projeto está pautado na pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa possui suas raízes no pensamento positivista lógico, visa o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e as características mensuráveis da experiência humana. No entanto, a pesquisa qualitativa tende a evidenciar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para compreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201).

Em relação à pesquisa qualitativa, segundo Silveira e Córdova (2009, p. 32) “busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos [...]”.

Desta forma, o presente trabalho pautou-se em pesquisa bibliográfica, análise de documentais, de gráficos e revisão de literatura. De acordo com Lakatos e Marconi a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros” entre outros. Possui como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Deste modo nos permite encontrar meios para definir e resolver não apenas problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas. “Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183).

Assim foi realizado um levantamento dos dados do último Censo Demográfico ocorrido no ano de 2010 realizado pelo IBGE referente à deficiência no Brasil, bem como os resultados referentes a educação brasileira. Posteriormente, foi feita uma análise crítica desses resultados com o objetivo central de traçar um panorama da deficiência e sua relação com a educação brasileira. Ressaltamos que a pesquisa dispensa aprovação do Comitê de Ética por se tratar de análise documental e bibliográfica.

## Resultados e Discussão

De acordo com censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, no Brasil existe uma população de 45.606.048 pessoas que possui alguma deficiência, ou seja, 23,9% da população brasileira. Destes, 18,60% possui deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% deficiência auditiva e 1,40% intelectual. Os tipos de deficiências e suas causas podem ser variados. Para Teixeira (2010)

As deficiências podem ser sensoriais ou intelectuais. Podem ser de nascença ou ter surgido em outra época da vida, em função de doença ou acidente. Podem ter impacto brando na capacidade de trabalho e interação com meio físico e social ou conseqüências maiores, que requerem apoio e assistências proporcionais. (TEIXEIRA, 2010, p. 32).

O número de deficientes também varia em relação à região em que esta localizada. De acordo com o censo a região nordeste figura com a maior população de pessoas com alguma deficiência (26,63%), seguida da região norte (23,40%), região sudeste (23,03%), região centro-oeste (22,51%) e região sul (22,50%).

Em relação à educação das pessoas com deficiência é importante levar em consideração a desigualdade histórica em nosso país. Segundo Kassar (2012) falar sobre a educação especial no Brasil, implica considerar dois aspectos: a desigualdade e a diversidade. De acordo com a autora nosso país foi

construído a partir da diversidade de populações e de suas histórias, mas de forma extremamente desigual. A formação econômica do Brasil e as características de sua organização social fizeram com que o país passasse a conviver com vários problemas que impactaram diretamente a vida de crianças e jovens brasileiros (KASSAR, 2012, p. 835).

Essa desigualdade é fortemente refletida na educação do país. Em comparação com o ano 2000 (censo anterior a 2010) é possível analisar que houve uma queda na taxa de analfabetismo, passando de 13,6% para 9,6%. Porém, está muito longe de ser a ideal.

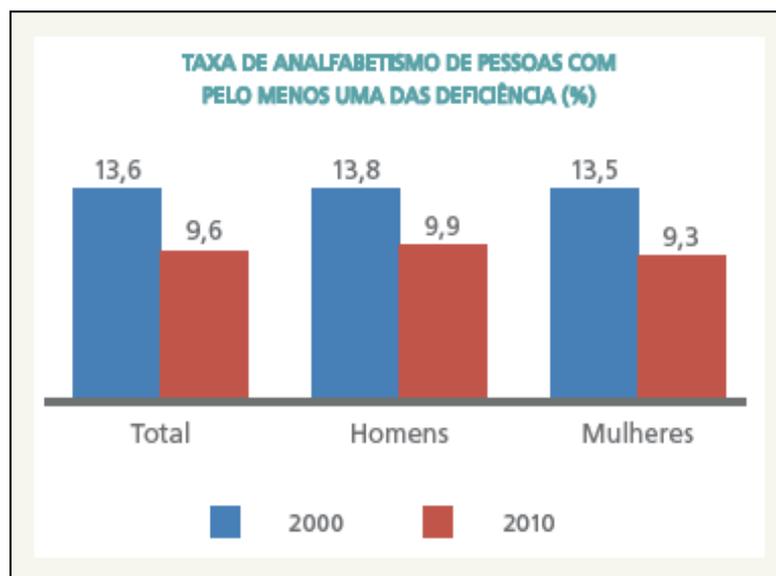


Figura 1: Taxa de analfabetismo de pessoas com pelo menos uma das deficiências.  
 Fonte: Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência. . (IBGE, 2010).

O censo ainda analisou a taxa de alfabetização em cada região da federação e comparou os resultados das pessoas com algum tipo de deficiência com a população total. O resultado obtido foi que a menor taxa de alfabetização se deu na região nordeste do país, 69,7%. E a maior taxa se deu na região sudeste, 88, 2%. No total, 81,7% das pessoas com algum tipo de deficiência são alfabetizadas e 90,6% da população total são alfabetizadas. Um dos motivos para que isso ocorra é a desigualdade econômica de cada região. Historicamente nosso país é marcado pela desigualdade e isso reflete na educação. Há locais que possuem ambientes despreparados para ofertar um ensino de qualidade aos alunos. Esse quadro piora quando estamos tratando de pessoas com deficiência, que muitas vezes necessitam de materiais adaptados para atender as suas necessidades.

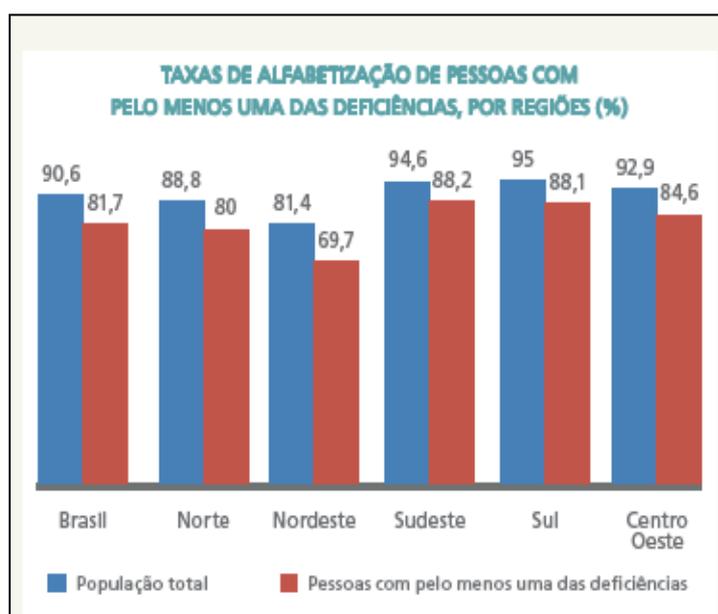


Figura 2: Taxas de alfabetização de pessoas com pelo menos uma das deficiências por região.  
Fonte: Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência. . (IBGE, 2010).

Ainda em relação à educação, foi analisado o grau de instrução da população com deficiência. De acordo com Silva, Prais e Silveira (2015) se a escolaridade é baixa, a remuneração também será e isto pode desestimular as pessoas com deficiência. Outra questão importante é que essa análise possibilita que se trace um panorama geral e a visualização do que é necessário mudar para que os índices melhorem. Ou seja, a baixa taxa de instrução ocasiona outro problema, a baixa taxa de emprego gerando assim uma população mais carente. Segundo o censo, mais da metade da população com algum tipo de deficiência não possui instrução nenhuma ou possui o fundamental incompleto (61,1%). No ensino fundamental e ensino médio incompleto figuram 14,2%, no ensino médio completo e superior incompleto 17,7% e os que alcançam o ensino superior são apenas 6,7%.

Como visto, a educação é à base de qualquer sociedade e a sua baixa qualidade reflete em todas as outras áreas da sociedade.

### **Considerações finais**

Neste breve panorama traçado da realidade da deficiência no Brasil a partir do Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE foi possível perceber que há uma discrepância entre a realidade das pessoas com deficiência em relação às pessoas sem nenhum tipo de deficiência.

No âmbito da educação analisamos que o número de analfabetismo, embora tenha diminuído na última década, ainda é grande quando comparado com o número de pessoas analfabetas sem nenhum tipo de deficiência. Também observamos que esse analfabetismo é maior nas regiões norte e nordeste devido à desigualdade social e financeira presente em nosso país.

Assim, a desigualdade ainda é grande em nosso país, principalmente em relação à deficiência. Quando se fala em educação essa desigualdade tende a aumentar. Ainda há muito que se fazer para que essa realidade mude. Já existem diversas leis em nosso país que amparam as pessoas com deficiência (estas serão analisadas no decorrer da pesquisa), mas é necessário não somente leis, mas criar uma cultura, na sociedade, de inclusão.

### **Referências**

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília/DF, 2012.

CAIADO, K. R. M. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre a educação. **Revista Educação Especial**. V. 22 p. 329-338, set/dez 2009, Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/813>>. Acesso em: 10 jan 2017.

IBGE. **Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência**. Secretária de Direitos Humanos da presidência da República. Brasília/DF. 2012.

KASSAR, M. C. M. Educação Especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação e Sociedade**, v. 33, n 120, p. 833-849. Campinas,

---

Universidade do Sagrado Coração  
Rua Irmã Armanda, 10-50, Jardim Brasil – CEP: 17011-060 – Bauru-SP – Telefone: +55(14) 2107-7000  
[www.usc.br](http://www.usc.br)

jul-set 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/10.pdf>>. Acesso em: 17 fev 2018.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas S/A. São Paulo, 2003.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos da pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação, e utilização**. Trad. De Ana Thorell. 5º Edição. Porto Alegre: Artmed, 2004. In: SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A Pesquisa Científica. In: SILVEIRA, Denise T.; GERHARDT, Tatiana E (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre, PLAGEDER/UFRGS. 2009.

SILVA, P. N.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. **Temas Livres**, UFMG. V. 20, p. 1549-1558. 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n8/1413-8123-csc-20-08-2549.pdf>>. Acesso em: 10 fev 2018.

SILVEIRA, D. T., CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

TEIXEIRA, M. C. A. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. (Dissertação de mestrado) Fundação Getúlio Vargas. São Paulo/SP. 2010. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4778/61080100037.pdf>>. Acesso em: 15 fev 2018.